



JUVENTUDE E UTOPIAS: DA PRIVAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL AO DIREITO À CIDADANIA¹

Rafael Ribeiro dos Santos²
Mary Anne Vieira Silva³

RESUMO

A discussão proposta parte da análise da categoria juventude em que se busca realizar a interlocução do mundo hodierno (marcado pelo processo de construção e reestruturação do capitalismo) com a condição juvenil na cidade. Essa ideia é assente no contexto atual que envolve os jovens, de um lado, teoricamente, esses tem seus direitos garantidos, por outro, os mesmos passam constantemente por processos de privação de sua condição juvenil. Isso ocorre em função das múltiplas contradições do espaço urbano, as quais são intensificadas pelo modo de produção capitalista, o que reforça as desigualdades e a divisão social de classes. O objetivo do artigo é o de analisar como os jovens vivenciam a sua condição juvenil no contexto de incertezas e disparidades promovidas pela ação perversa da vigente dinâmica capitalista. Para tanto, realizou-se a revisão bibliográfica acerca do tema, ademais, o texto se ancora em diferentes abordagens e autores, em dada perspectiva interdisciplinar, em especial, pautada em referenciais da área da Geografia, História, Sociologia e Ciência Política.

Palavras-chave: Juventude, Cidadania, Sociedade capitalista, Condição juvenil.

ABSTRACT

The proposed discussion starts from the analysis of the category of youth in which the dialogue of today's world is sought (marked by the process of construction and restructuring of

¹ O artigo é fruto de reflexões relacionadas à pesquisa de dissertação do primeiro autor, intitulada “Cotidianos culturais em trânsito: uma análise do processo de (re)territorialização dos jovens migrantes universitários em Anápolis-GO”; e que estão associadas ao projeto de pesquisa “Linguagens urbanas: os jovens, suas espacialidades e redes de sociabilidade em Anápolis-GO”, coordenado pela Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva (PPGTECCER/UEG), aprovado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

² Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista de Mestrado da UEG. Membro do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Cidade (NUPEC) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: rafaelribeiro.geografia@gmail.com.

³ Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG), atuando no curso de Geografia (licenciatura) da Unidade Universitária de Anápolis - Ciências Socioeconômicas e Humanas (UnUCSEH) e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER). E-mail: mary.silva@ueg.br.



capitalism) with the condition of youth in the city. This idea is based on the current context that involves young people, on the one hand, theoretically, they have guaranteed rights, and on the other, they constantly go through processes of privation of their juvenile status. This is due to the multiple contradictions of urban space, which are intensified by the capitalist mode of production, which reinforces the inequalities and social division of classes. The aim of the article is to analyze how young people experience their condition as young people in the context of uncertainties and disparities promoted by the perverse action of the dominant capitalist dynamic. For this, the bibliographic review on the subject was carried out, in addition, the text is based on different approaches and authors, in a certain interdisciplinary perspective, based especially on references in the area of Geography, History, Sociology and Political Science

Keywords: Youth, Citizenship, Capitalist society, Youth condition.

INTRODUÇÃO

A definição de juventude não se categoriza de forma fácil, a polissemia que o termo apresenta, já leva a sua indefinição. O que se sabe é que a juventude pode ser compreendida a partir de uma categoria etária; como produto social e simbólico; um “vir a ser” (pensar os jovens como o futuro, principalmente por meio de representações imagéticas); fase preparatória para a vida adulta (o que decorre a noção do jovem como sujeito incompleto, que depende do outro para se (a)firmar); e juventude como etapa “natural” da vida; dentre outras concepções, ligadas não só a visão científica, mas também aquelas desenvolvidas por meio do senso comum.

Nesse sentido, nos apoiamos em Dayrell (2003); Souza e Santos (2009); Paula (2013); Dayrell e Carrano (2014), ao afirmarem que a juventude se refere a uma condição social, representação marcada por fatores históricos, econômicos e culturais, esses últimos fundamentam a condição juvenil. Por sua vez, essa condição juvenil diz respeito ao modo como a juventude é representada socialmente, ou melhor, contextos de vivências marcados pelas diferenças, que envolvem tanto fatores simbólicos, quanto concretos, construídos e delimitados (DAYRELL, 2007).

Ao considerar o jovem, especialmente aquele inserido no contexto urbano (o qual será o objeto central da presente análise), devemos compreender que, assim como outros sujeitos, ele é detentor de direitos, o direito de vivenciar a sua condição juvenil, de exercer a sua cidadania. Todavia, nesse espaço marcado pelas contradições e pela luta de classes; produzido por meio da dominação intensa e constante de poderes, atores e sujeitos sociais, os jovens acabam sendo privados de vivenciarem a cidade em sua



completude, imprimindo suas marcas e se relacionando com seus semelhantes e com outros grupos juvenis.

Há de se destacar que o jovem aqui descrito é aquele da classe trabalhadora, que conforme Marx (2004) e Wood (2001) tratam-se da classe em que os indivíduos têm a sua força de trabalho como principal riqueza a ser negociada. Indubitavelmente, sujeitos das camadas sociais menos favorecidas, são esses jovens pobres que se apresentam em maior número no meio social. Os movimentos das contradições da vida urbana e a intensificação do processo de segregação colocam esse jovem à margem dos seus direitos, na contramão daqueles que estão inseridos nas famílias com maior poder aquisitivo.

Assim, ao pensar a juventude, mais especificamente, os jovens da classe trabalhadora, consideramos no artigo que ocorrem intensos processos de negação de direitos dos jovens e do modo de ser (condição juvenil) no contexto do mundo hodierno. Para tanto, busca-se inicialmente refletir acerca do direito a cidadania por parte dos jovens no contexto capitalista, em que os interesses da classe dominante se descortinam para a sociedade e determinam os modos e o ritmo da vida.

Em segundo, destacamos a problemática de que o jovem não exerce de forma plena a cidadania de direitos, e isso ocorre pela não garantia da condição juvenil. A negação citada se grava quando a condição juvenil se liga a condição econômica, pois os sujeitos sociais em questão pertencem socialmente às camadas menos favorecidas. Por último, discorreremos sobre as querelas trazidas pelas ações de negação de direito desse jovem, em especial por requerer a garantia de poder gozar da sua juventude, de se relacionar com seus pares, de vivenciar a cidade e dar sentido e significado à sua existência, ao seu “eu”.

JUVENTUDE E CIDADANIA

De acordo com Milton Santos (2004) o mesmo espaço que estabelece a união entre os homens, também é o que os separa, pois esse opera na intensificação da desigualdade de classes. Essa ideia apresentada pelo autor se aplica muito bem ao contexto da vida urbana nas cidades, espaço multifacetado e na medida em que inclui também exclui as pessoas, especialmente em função do processo segregatório, cada vez



mais presente e que incide diretamente sobre os mais pobres, afastando-os dos grandes centros, dos espaços públicos, do lazer, da vida.

Dentre os sujeitos que compõem, produzem e vivenciam a cidade em suas múltiplas relações de complexidade, destacam-se os jovens. Para Cavalcanti (2013, p. 80) esses são “[...] agentes do processo de produção e reprodução do espaço urbano, pois em seu cotidiano fazem parte dos fluxos, dos deslocamentos, da construção de territórios; criam demandas; compõem paisagens; imprimem identidades e dão movimento aos lugares”. Esse modo operante desses sujeitos articula-se a maneira como eles se inserem na cidade, o que é também condicionada por meio de sua condição social, econômica, de gênero, raça, orientação sexual, vinculação religiosa e das relações com os diferentes grupos que compõem o tecido urbano. A partir desses modos, buscam constituir suas territorialidades, os seus lugares, seja nos espaços públicos ou privados, de maneira que eles conseguem imprimir e exprimir as suas latências identitárias, as suas singularidades simbólicas.

Para Paula (2013) o jovem enquanto cidadão participa ativamente na produção do espaço urbano, podendo gerar contribuições que possibilitem mudanças no mesmo. Para Santos (2007) o espaço urbano diz respeito ao lugar de instância das práticas do homem a partir do desenvolvimento de suas relações, seja com o outro, ou mesmo com a cidade em sua concretude; é onde a sociedade encontra-se em constante movimento de trocas, conflitos, ações e construções, ora concretas, ora simbólicas.

Outra contribuição advém de Martins (2007, p. 206) com a reflexão sobre o jovem, seu espaço e o exercício da cidadania ao afirmar que “[...] os jovens são sujeitos constituídos e constituintes da realidade histórica e social a que estão inseridos, capazes, portanto, de compreender a realidade em que vivem e de contribuir para a sua transformação, ou seja, são sujeitos sociais”. No entanto, mesmo que os jovens tenha o potencial de contribuir com possíveis mudanças no meio em que vivem, é válido destacar que esses, principalmente os jovens pobres, possuem um lugar de pouca expressão nesse espaço, inviabilizando que eles desempenhem sua ação política (CASSAB, 2009), sobretudo porque essa ação, de acordo com Arendt (2008), pressupõe a liberdade. Para Arendt (2008, p. 158, grifos da autora)

Só se pode ver e experimentar o mundo tal como ele é “realmente” é, entendendo-o como algo que é compartilhado por muitas pessoas, que está entre elas, que as espera e as une, revelando-se de modo diverso a cada uma,



enfim, que só é compreensível na medida em que muitas pessoas possam falar sobre ele e trocar opiniões e perspectivas em mútua contraposição. Somente a liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala.

Diante da lógica contemporânea, do mundo capitalista, entende-se que na medida em que houvesse a liberdade descrita pela autora, ocasionalmente não haveria um espaço político. Porém, se são “[...] a coexistência – quando os homens se relacionam, supondo, dessa maneira, a possibilidade de troca – e a liberdade da comunicação os elementos essenciais para a política, então o espaço público torna-se central na medida em que é nele que esses dois elementos se realizam” (CASSAB, 2009, p. 205). Nesse sentido, se o espaço público é o espaço da política, a forma como os múltiplos sujeitos se inserem na dinâmica da cidade se apresenta como possível meio de exercer a ação política. Logo, uma vez que a ação política se desenvolve entre os homens, e esses são sujeitos marcados pelas diferenças, as quais se manifestam também na forma como se relacionam e na apropriação do espaço, surge então à possibilidade de ação dos jovens na apropriação da cidade em uma condição política, portanto, de ação (CASSAB, 2009).

Para Paula (2013, p. 77) “[...] a juventude é parte de um processo mais amplo de constituição do próprio jovem como sujeito social, que ocorre de forma individual e coletiva, na medida em que ele vive e compartilha experiências com outros sujeitos sociais, nos mais variados espaços e contextos possíveis [...]”. Daí compreende-se a importância do jovem tentar, em sua vida cotidiana, estabelecer uma ação política a fim de que ele possa ter mais possibilidades de acesso, que possa reivindicar o seu direito à cidade, pois esse é uma das expressões de sua cidadania. Para Lefebvre (2001) esse direito significa não somente estar inserido no espaço urbano, mas usufruir desse espaço em suas mais distintas possibilidades, integrar-se e interagir com as redes, os circuitos de informação e comunicação. Portanto, na medida em que o jovem tem o seu direito à cidade negado, ele fica restrito e distante da política e da vida social (CASSAB, 2009).

De acordo com a autora citada (2009, p. 207-208, grifos da autora) trata-se de

Viver a cidade estando de fato nela, construindo e ampliando seus territórios usados, desnaturalizando as forças que promovem a distinção territorial desses jovens, ampliando a co-existência e, conseqüentemente, a política, identificando os vínculos entre as representações sobre os jovens pobres, sobre o espaço e sobre as práticas que promovem os arranjos espaciais da cidade é condição *sinequa non* para a ação.



Mas se os jovens pobres vivem a cidade de forma restrita e desigual, suas chances de realizar ou influenciar a ação, o público e a própria política são ínfimas. Inversamente, a possibilidade de ampliar seus territórios usados, através do maior e mais amplo acesso à cidade, pela via de sua efetiva apropriação, possibilita caminhar em direção a uma cidadania plena. O que, por sua vez, significa tornar esses sujeitos – os jovens e, em especial, os jovens pobres – visíveis e corporificados de direitos.

Para tanto, não há como estabelecer uma reflexão acerca desses jovens sem que antes se leve em consideração a sua classe social, a qual (in)diretamente determina a sua condição de vida, seus anseios e perspectivas. Além do mais, para que os jovens ampliem o seu campo de ação e luta pelo direito à cidade, é preciso que eles estabeleçam meios de ampliação dos seus territórios de uso, possibilitando e criando campos abrangentes de atuação, em se promovam efetivamente sua cidadania, exercitem direitos individuais. A noção de cidadania pressupõe a existência de direitos que ultrapassam e não se reduzem ao simples entendimento do voto, da escolha de “representantes políticos”. Diz respeito aos processos que perpassam a noção dos direitos, desde a sua concepção, até sua vivência, o que torna a cidadania algo que se encontra em constantes mudanças, trata-se de uma reflexão consciente acerca dos direitos de cada indivíduo.

Para contribuir com essa ideia de cidadania, partimos da noção apresentada por Barbosa (2008, s./p.), na qual ele afirma que

[...] cidadania pode ser definida como arte de viver com outros – diferentes de nós mesmos - mas que compartilham os mesmos direitos à vida e à felicidade. Compartilhar é atribuir significado às nossas idéias e práticas, assim como ter uma existência fundada em relações múltiplas - materiais e simbólicas - que nos vinculam e o nosso ser e estar no mundo. Compartilhar é habitar uma mesma morada, um mesmo espaço comum.

Assim, a cidadania também compreende, segundo o autor, a perspectiva das relações que são estabelecidas entre os sujeitos, processualmente dadas por trocas e vivências em um mesmo espaço. É assim que tomamos consciência da importância dos jovens enquanto cidadão e da sua necessidade de vivenciar a cidade, tornando-a o seu território de uso. Para Barbosa (2008, s./p.) “[...] a sociedade ao se apropriar e fazer uso de um território compartilha o domínio das condições de produção e reprodução da vida. O território significa a constituição necessária de laços que se definem pela



apropriação e uso das condições materiais [...]”, simbólicas, estéticas e culturais, são essas que dão o sentido e significado à sociedade.

Desse modo, é preciso também refletir acerca da condição juvenil dos jovens, principalmente ao tomar esses como detentores de direitos, mas que experienciam cotidianamente a privação dos mesmos, sobretudo por estarem inseridos em um espaço de conflitos e de incertezas, o que por vezes tornam seus direitos utópicos. Pois, conforme Barbosa (2021, s./p.) “o fenômeno das juventudes contemporâneas refere-se aos antagonismos, contradições, limites e possibilidades presente na complexa teia que constitui os jovens desse tempo e espaço histórico”.

O DIREITO À CONDIÇÃO JUVENIL

A condição juvenil se refere ao modo como a sociedade constrói e dá sentido e significado a juventude, com base nas vivências, sobretudo por meio das diferenças sociais que são estabelecidas, em uma dimensão de fatores históricos, culturais e geracionais. Para Dayrell e Carrano (2014, p. 120) “[...] a condição juvenil expressa uma forma própria de viver o tempo”, que é marcado por diferentes mecanismos de regulação, tanto nos espaços (institucionais e não institucionais), quanto pelos sujeitos jovens que deles se apropriam.

Nesse sentido, a condição juvenil leva em conta os fatores simbólicos e concretos, nos quais a construção social da juventude se ancora e desenvolve-se na história. De acordo com Dayrell (2007) é preciso ainda situar uma análise acerca da condição juvenil no tempo e no espaço, principalmente pelas profundas transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas e que impactaram significativamente a sociedade. Trata-se de analisar e refletir sobre os sujeitos jovens e as suas especificidades, dadas e ordenadas pelo modo como eles usufruem da cidade, do espaço que lhes é inerente.

Conforme Dayrell (2007, p. 1106, grifos do autor) a primeira concepção sobre condição juvenil tem origem no

[...] latim, *conditio* refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim, existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento,



ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diferentes recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.

Portanto, a condição juvenil se manifesta em múltiplos espaços, em uma ampla dimensão, no sentido de que ocorra a promoção de redes de sociabilidade, um processo de integração entre os jovens, suas práticas espaciais⁴. Para esses sujeitos essa sociabilidade se constitui como uma forma de comunicação, autonomia, criação de laços afetivos, identidade; no entanto não se pode negar a existência de conflitos dentro desse mesmo processo que, mesmo que esses sejam em menor número, é preciso que se considerem tais divergências, pois essas questões denotam expressividades singulares (DAYRELL, 2007).

Paula (2013) infere que o tempo e o espaço são dois elementos essenciais para que ocorram essas sociabilidades, especialmente quando se trata do espaço urbano que por meio dessas redes de aproximação os jovens passam a atuar na transformação e produção do mesmo, em função das relações afetivas e de dominação que nele residem. É através dessas relações que as territorialidades se dão, mesmo que de maneira instável e transitórias.

Para Machado (2018) a condição juvenil se apresenta numa relação dialética entre sociedade e os indivíduos, amparada em numa contradição entre o movimento de socialização e o movimento da autonomia. Essa contradição se evidencia no decorrer dos anos por meio de ações de institucionalização da juventude, as quais são precedidas de ações ou resistências por parte de sujeitos ou grupos que se (re)afirmam como jovens.

Tal perspectiva pode ser mais bem exemplificada a partir de Groppo (2004, p. 19, grifos do autor), em que o autor afirma que

Essa concepção ‘dialética’ da condição juvenil demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização

⁴ “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço, ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. [...] Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos, e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 39, grifos do autor).



versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus subculturas etc.

Embora a definição de Groppo (2004) se distancie de algumas noções já consolidadas, ela nos permite pensar a condição juvenil por um viés da criação histórica, a juventude como um produto da sociedade. Ao pensar a condição juvenil frente à dinâmica do capital, é

[...] necessário correlacionar a juventude com outras categorias sociais tais quais gênero, classe social, religião, nacionalidade, condição urbana ou rural, momento histórico, e até desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Sendo necessário correlacionar a juventude com outras categorias sociais e condicionantes históricos. Porém, de forma análoga a classe trabalhadora, que mesmo sendo bastante diferenciada no que diz respeito às suas particularidades possuem em comum o fato de serem vendedoras da sua força de trabalho [...] (MACHADO, 2018, p. 526)

Nesse sentido, pensar a juventude contemporânea requer a associação com outras categorias e momentos históricos, o que contribui para uma análise mais ampla e que busque levar em consideração diferentes fatores, os quais são importantes e determinantes nesse processo. Como exemplo mais claro, trata-se de pensar a juventude e a condição juvenil a partir de sua classe social, pois essa dimensão implica de forma direta em como o jovem vai ou não vivenciar os seus direitos e até que ponto esses são negados ou mantidos. Haja vista que a exclusão social, fruto da segregação, promove uma divisão de horizontes entre os jovens da classe trabalhadora e os jovens de classe média ou ricos.

A partir disso é possível entender que a juventude é composta por diferentes condições juvenis, uma vez que essa condição de ser jovem e vivenciar a cidade em sua completude passa a ser determinada por meio da classe social em que esse indivíduo está inserido. Portanto, ao pensar o jovem pobre esse não vivencia tudo aquilo que lhe é ofertado (em uma dimensão teórica), pois fatores como o acesso ou mesmo as condições de exercer determinada atividade tornam-se limitantes. Há assim uma distinção evidente ao falar do direito a condição juvenil e do exercício pleno dessa condição, haja vista que essas duas dimensões caminham de forma paralela.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou destacar a categoria juventude e a partir dela refletir acerca de como os jovens vivenciam a sua condição juvenil em um contexto de intensas ações do capital sobre o espaço, em especial o espaço urbano, e que acaba repercutindo no campo relacional, na vivência dos indivíduos e na garantia dos seus direitos. Trata-se das construções sociais promovidas pelas ideologias dominantes do modo de produção capitalista que opera no contexto das cidades, sobretudo o Estado (SANTOS, 2007). De maneira mais específica, buscamos analisar essa situação pensando nos jovens pobres, os quais são os mais afetados por todas essas imposições, pela negação do direito à cidadania.

Dessa forma, a condição juvenil, que se trata do modo como esse jovem vivência a sua juventude, passa a se deparar com as imposições de uma sociedade capitalista e que priva esses sujeitos de seus direitos básicos. Portanto, os direitos dos jovens passam a se configurar como utopias, algo previsto no campo teórico e que não se efetiva na dimensão prática da vida. Os limites do uso de seus territórios, dos espaços públicos e tudo que lhes são inerentes refletem a pouca possibilidade de apropriação por parte dos jovens. Restrições promovidas pelos mecanismos de regulação da vida urbana, da cidade como um todo, é a ação do capitalismo na criação de barreiras quase intransponíveis de desigualdades sociais, do processo de segregação que é fruto da divisão de classes.

É nesse sentido que o trabalho pontua uma necessidade de novas utopias, projetos de organização da sociedade que busquem promover uma maior aproximação entre os sujeitos, entre os jovens e seus mundos, um rompimento dos limites construídos e fortalecidos ao longo dos anos. Pode ser que essa perspectiva também não passe de uma utopia, mas é preciso acreditar que as disparidades existentes tem como serem resolvidas, embora essa seja uma questão delicada e que envolve uma série de particularidades.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.



BARBOSA, Jorge Luiz. **Cidadania, território e políticas públicas**. 2008. Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARBOSA, Juliana Souza. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes? **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, s./p., jan./jun., 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111283>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CASSAB, Clarice. **(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, volume especial, n. 35, p. 74-86, set./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAYRELL, Juarez. O jovem como um sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, s./v., n. 24, p. 40-52, set./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (orgs.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-133.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez., 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629/568>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. S/l, 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 2 nov. 2018.

MACHADO, Pedro Henrique Silva Santos. A condição juvenil periférica: notas introdutórias para entender a juventude no capitalismo dependente. **REBELA –Revista**



Brasileira de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 516-552, set./dez., 2018. Disponível em:
<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/3952>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARTINS, Wilmont de Moura. A juventude urbana e a sua relação com o espaço. *In*: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, p. 202-218.

MARX, Karl. **A origem do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

PAULA, Flávia Maria de Assis. **Jovens migrantes na metrópole de Goiânia**: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2917>. Acesso em: 12 set. 2019.

SANTOS, Eliete Moreira dos. A produção do espaço urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 33-45, dez., 2007. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15548>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de; SANTOS, Vinícius Silva. Territorialidade e redes de sociabilidades juvenis: lugares, trânsitos e tensões da identidade. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 2009, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, p. 1-9, 2009. Disponível em:
<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/509/1/TerritorialidadeSociabilidadeJuvenis.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.